



# RETIFICADO

## CERTIDÃO

Certifico que o presente edital foi afixado no mural de avisos, nesta Secretaria, no dia 11.04.2016 às 14h00

Miriam de Carlos

## EDITAL 6/2016-PGE

O professor Dr. Henrique Manoel da Silva, Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

Considerando as Resoluções nº 140/2011 – PGE e 141/2011-PGE, que aprovam respectivamente, os critérios para atribuição e renovação de bolsas aos alunos regulares do PGE;

Considerando a reunião da Comissão de Bolsas realizada no dia 08.04.2016.

Considerando a decisão do Conselho Acadêmico do Programa em reunião do dia 06.04.2016.

### TORNA PÚBLICO:

Artigo 1º) Ficam classificados na seguinte ordem os solicitantes de bolsa de Mestrado de 2016, conforme Artigo 1º, § 1º da Resolução 140/2011-PGE, considerando a retificação do Edital 3/2016-PGE:

Nome	NE	NC	MG
Milaine Aparecida Pichiteli Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes	7,83	4,60	6,54
Diogo Yukio Uema Prof. Dr. Nelson Vicente Lovatto Gasparetto	7,50	4,95	6,48
Samuel Matiazo Prof. Dr. Edison Fortes	7,50	4,30	6,22
Tassiana Justino Fernandes Profª. Drª. Maria das Graças de Lima	7,30	4,55	6,20
Fernando Henrique Villwock Prof. Dr. Mauro Parolin	7,50	4,25	6,20
Antonio de Oliveira Prof. Dr. Fernando Luiz de Paula Santil	7,00	4,50	6,00
Fabiana Pereira Barros Prof. Dr. Hélio Silveira	7,00	4,15	5,86
Thays Zigante Furlan Prof. Dr. Fernando Luiz de Paula Santil	7,00	4,00	5,80
Renan Valério Eduvirgem Profª. Drª. Maria Eugênia M. Costa Ferreira	7,16	3,20	5,58
Tais Pires de Oliveira Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes	7,16	3,10	5,54
Leticia Maria Bozelli Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes	7,00	2,75	5,30
Daniele Rosseto Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva	7,83	1,30	5,22
Leonardo Antonio de Carvalho Hauser Prof. Dr. Fernando Luiz de Paula Santil	7,00	2,50	5,20
Valéria Borges Yonegura Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva	7,00	1,75	4,90
Janaina Silva Rossi Prof. Dr. Mauro Parolin	7,00	1,25	4,70



Artigo 2º) Ficam classificados na seguinte ordem os solicitantes de bolsa de Doutorado de 2016, conforme Artigo 1º, § 1º da Resolução 140/2011-PGE:

Nome	NE	NC	MG
Francieli Sant'ana Marcatto Prof. Dr. Hélio Silveira	7,83	9,00	8,30
Estevão Pastori Garbin Prof. Dr. Fernando Luiz de Paula Santil	7,83	9,00	8,30
Francisco John Lennon Alves Paixão Lima Profª. Drª. Maria das Graças de Lima	7,83	7,25	7,60
João Karlos Locastro Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis	7,66	7,35	7,54
Everton Hafemamm Fragal Prof. Dr. Nelson Vicente Lovatto Gasparetto	7,00	8,00	7,40
Alan Charles Fontana Prof. Dr. Hélio Silveira	7,66	6,00	7,00
Silvana de Jesus Galdino Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis	7,00	6,75	6,90
Mayara dos Reis Monteiro Prof. Dr. Mauro Parolin	7,83	5,25	6,80
Bruna Morante Lacerda Martins Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva	7,83	4,60	6,54
Ricardo Henrique Bueno Profª. Drª. Marta Luzia de Souza	7,33	5,00	6,40
Giuliano Torrieri Nigro Profª. Drª. Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira	7,50	4,75	6,40

Artigo 3º) Terão direito à bolsa de estudos os pós-graduando que atenderem ao artigo 9º da Portaria 76/2010- CAPES, conforme segue:

#### Requisitos para concessão de bolsa

Art. 9º. Exigir-se-á do pós-graduando, para concessão de bolsa de estudos:

I - dedicação integral às atividades do programa de pós-graduação;

II - quando possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais e sem percepção de vencimentos;

III - comprovar desempenho acadêmico satisfatório, consoante às normas definidas pela instituição promotora do curso;

IV - não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do programa de Pós-Graduação;

V - realizar estágio de docência de acordo com o estabelecido no art. 18 deste regulamento;

VI - não ser aluno em programa de residência médica;

VII - quando servidor público, somente os estáveis poderão ser beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado, conforme disposto no art. 318 da **Lei 11.907**, de 02 de fevereiro de 2009;

VIII - os servidores públicos beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado deverão permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao de afastamento concedido (§ 4º, art. 96-A, acrescido pelo Art. 318 da **Lei nº 11.907**, de 02 de fevereiro de 2009 que deu nova redação à **Lei 8.112**, de 11 de dezembro de 1990);

IX - ser classificado no processo seletivo especialmente instaurado pela Instituição de Ensino Superior em que se realiza o curso;



X - fixar residência na cidade onde realiza o curso;

XI - não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada, excetuando-se:

a) poderá ser admitido como bolsista de mestrado ou doutorado, o pós-graduando que perceba remuneração bruta inferior ao valor da bolsa da respectiva modalidade, decorrente de vínculo funcional com a rede pública de ensino básico ou na área de saúde coletiva, desde que liberado integralmente da atividade profissional e, nesse último caso, esteja cursando a pós-graduação na respectiva área;


b) os bolsistas da CAPES, matriculados em programas de pós-graduação no país, selecionados para atuarem como professores substitutos nas instituições públicas de ensino superior, com a devida anuência do seu orientador e autorização da Comissão de Bolsas CAPES/DS do programa de pós-graduação, terão preservadas as bolsas de estudo. No entanto, aqueles que já se encontram atuando como professores substitutos não poderão ser contemplados com bolsas do Programa de Demanda Social;

c) conforme estabelecido pela **Portaria Conjunta N<sup>o</sup>. 1** Capes/CNPq, de 12/12/2007, os bolsistas CAPES, matriculados em programas de pós-graduação no país, poderão receber bolsa da Universidade Aberta do Brasil - UAB, quando atuarem como **tutores**. Em relação aos demais agentes da UAB, não será permitido o acúmulo dessas bolsas.

Parágrafo único. A inobservância pela IES dos requisitos deste artigo acarretará a imediata interrupção dos repasses e a restituição à CAPES dos recursos aplicados irregularmente, bem como a retirada da bolsa utilizada indevidamente.

Dê-se ciência.  
Cumpra-se.

Maringá, 11 de abril de 2016.



Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva  
Coordenador Adjunto do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia